

PROPOSTA DE AGENDA REGULATÓRIA

Apresenta-se, na tabela abaixo, os itens propostos, acompanhados da indicação do trimestre em que se pretende dar início ao Procedimento de Elaboração e Participação em Proposta Regulatória.

item	Iniciativa	Descrição	Previsão de abertura do Procedimento de Elaboração e Participação em Proposta Regulatória
1	Revisão do procedimento de autorização de agentes operadores de apostas	Revisar os critérios para admissibilidade, aprovação, indeferimento, suspensão, recurso administrativo, extinção e outros casos de cessação de autorizações para operadores de apostas de quota fixa, previstos na Portaria SPA/MF nº 827, de 2024.	Primeiro trimestre de 2026
2	Regulamentação da exploração de aposta de quota fixa e de outras modalidades lotéricas por meio de terminais digitais físicos	Dispor sobre regras, condições e requisitos técnicos para exploração por meio de terminais digitais físicos de apostas de quota fixa em eventos reais de temática esportiva, conforme previsto no art. 14, II c/c art.3º, II da Lei nº 14.790/23, bem como de outras modalidades lotéricas previstas na Lei nº 13.756/18.	Segundo trimestre de 2026

3	Revisão da regulamentação de publicidade por meio de afiliados em aplicações de internet	Aprimoramento das regras, condições e requisitos técnicos para realização de publicidade por meio de afiliados em aplicações de internet, dando efetividade à política regulatória prevista nos arts. 16 e 17 da Lei nº 14.790/23	Segundo trimestre de 2026
4	Aperfeiçoamento dos procedimentos de monitoramento e fiscalização	Rever normas que estipulam obrigações de comunicação, registro, manutenção e armazenamento de informações, bem como requisitos operacionais na exploração de AQF, previstas nas Portarias nº 722/2024, 1.231/2024, 1.225/24 e 1.143/24, dentre outras.	Terceiro trimestre de 2026
5	Aprimoramento das políticas de jogo responsável e de prevenção aos transtornos decorrentes do jogo patológico	Aperfeiçoar os instrumentos e mecanismos voltados à promoção do jogo responsável, com vistas à criação de ferramenta que possibilite ao apostador visualizar e monitorar seu próprio perfil de comportamento de jogo, de forma integrada com a Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA/MF), contribuindo para o monitoramento de perfis de risco e o fortalecimento das ações de prevenção e	Quarto Trimestre de 2026

		mitigação de danos associados ao jogo.	
6	Revisão do regime sancionador no âmbito da exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa	<p>Aprimorar os procedimentos relacionados ao processo administrativo sancionador, nos termos da Portaria SPA/MF nº 1.233/2024, com o objetivo de estabelecer diretrizes claras e específicas para a celebração de termos de compromisso, assegurando maior segurança jurídica, transparência e efetividade na aplicação das normas. Ademais, necessário estabelecer procedimentos para reparação de danos causados ao apostador, por parte do operador, face o inciso XXIV do art. 28 da Portaria SPA/MF nº 1.231</p>	Quarto trimestre de 2026
7	Reavaliação da regulamentação sobre as políticas de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo	Avaliação das normas relativas às políticas de PLD/FT, após período inicial de monitoramento e primeira avaliação setorial de riscos	Primeiro trimestre de 2027
8	Revisão da regulamentação e implementação dos procedimentos	Modernizar os procedimentos relacionados à exigência de autorização para a	Segundo trimestre de 2027

	relacionados à modalidade de captação antecipada da poupança popular	modalidade de "captação antecipada da poupança popular" prevista no art. 7º da Lei nº 5.768, de 1971, introduzindo inovações ao modelo regulamentado pela Portaria SEAE/ME nº 7.660, de 2022, e avaliando necessidade de proposta de revisão dos arts. 31 a 67 do Decreto nº 70.951, de 1971	
9	Propor a revisão da normatização sobre as modalidades lotéricas exploradas sob o regime de concessão	Rever a regulamentação das modalidades lotéricas exploradas sob o regime de concessão, tais como a Portaria MF nº 130, 26 de maio de 1981 , portaria nº - 537, de 5 de novembro de 2013 e a Portaria SEAE/ME nº 8.427	Terceiro trimestre de 2027